



## FORÇAS ARMADAS

# Mulher e general no comando do HMAB

Cláudia Lima Cacho assume o Hospital Militar de Área de Brasília em substituição ao general Brum Toledo. Na cerimônia de transmissão do posto, ele ressalta a chegada da oficial para sucedê-lo

» DANANDRA ROCHA

O Exército oficializou, ontem, a troca de comando do Hospital Militar de Área de Brasília (HMAB). O general de brigada Rodrigo Brum Toledo transmitiu o cargo à general de brigada médica Cláudia Lima Gusmão Cacho, a primeira mulher a alcançar o generalato na área de saúde da Força.

O HMAB é responsável pelo atendimento de militares da ativa, veteranos, pensionistas e dependentes. Brum Toledo destacou o caráter histórico da cerimônia, pois, segundo ele, a ascensão de Cláudia ao posto de oficial-general representa um avanço na participação feminina em todos os níveis da carreira militar. “É a primeira vez que temos uma oficial-general do segmento feminino. É algo muito representativo para todos nós”, frisou.

Brum Toledo também ressaltou o aumento da presença de mulheres na Força. Conforme salientou, cerca de 37 mil candidatas se inscreveram recentemente para ingresso no Exército, das quais pouco mais de 1,4 mil foram selecionadas. “Acho que é possível [o Exército vir a ser comandado por numa mulher]. Demora um pouco ainda, porque é um cargo de oficial combatente de carreira e elas começaram um pouco mais tarde. Mas elas podem chegar, sem dúvida. Então, pode ser que um dia a gente tenha uma comandante do Exército”, previu.

Ao assumir o comando do HMAB, a general Cláudia destacou o sentimento de responsabilidade e continuidade. “É um momento de muita gratidão e reconhecimento. Assumo com o compromisso de dar sequência ao trabalho realizado e de buscar aprimorar cada vez mais os serviços prestados”, afirmou.

A nova diretora do HMAB enfatizou o caráter vocacional da carreira e incentivou a participação feminina. “É uma profissão que exige dedicação, mas que traz muita satisfação. Estamos aqui para servir à sociedade. As portas estão abertas para quem se identificar estamos de braços abertos para

Marcos Vinicius da Silva/CB/D.A Press



General Cláudia já estava na administração do HMAB. Porém, agora, passa a dirigi-lo: “É um momento de muita gratidão e reconhecimento”

### 1.010

**mulheres foram as primeiras recrutas incorporadas pelo Exército, em 2 de março. Segundo números da Força, 38 organizações militares espalhadas pelo território nacional as receberam. No primeiro semestre de 2025, mais de 33 mil jovens realizaram o alistamento voluntário para o Serviço Militar Inicial Feminino.**

recebê-las”, disse.

Cláudia também reconheceu os desafios à frente da gestão hospitalar, considerada complexa dentro da estrutura militar. Mas está confiante. “Fomos preparados ao longo da carreira para assumir funções como essa. A expectativa é muito positiva, de continuidade e de contribuição para a qualidade da saúde oferecida pelo Exército”, observou. A cerimônia de posse da general à frente do HMAB integra a programação do mês do Exército e antecede as comemorações do Dia do Exército, em 16 de abril.

### Três décadas

A general ingressou na Força em 30 de janeiro de 1996, como oficial

temporária no então 42º Batalhão de Infantaria Motorizado, em Goiânia. Dois anos depois, concluiu o curso de formação de oficiais médicos pela Escola de Saúde do Exército, consolidando a entrada para a carreira militar de saúde, que completou três décadas.

Entre os principais cargos, Cláudia esteve à frente do escalão de saúde da 1ª Região Militar, atuou como subdiretora de Legislação e Perícias Médicas da Diretoria de Saúde e chefiou divisões de perícia médica em comandos regionais. Também integrou a Inspeitoria de Saúde do Comando da 9ª Região Militar e dirigiu unidades como o Hospital da Guarnição de Natal e o Hospital Militar de Campo Grande.

Na área hospitalar, acumulou experiência em funções de direção e gestão técnica, incluindo os cargos de subdiretora técnica do Hospital Central do Exército (HCE) e subdiretora do próprio HMAB, que passa a comandar.

A formação inclui cursos militares, como o de aperfeiçoamento de oficiais, em 2007, e o de comando e estado-maior de serviços, em 2013. No campo acadêmico, a general é graduada em medicina pela Universidade de Pernambuco, com residência em pediatria pelo Instituto Materno-Infantil de Pernambuco. Também tem pós-graduação em administração hospitalar e MBA em gestão estratégica de saúde pela Fundação Getúlio Vargas.

## SAÚDE

# Rede pública amplia o tratamento do câncer

» RAFAELA BOMFIM\*

Pacientes de todo Brasil passam a contar com novas possibilidades de prevenção e tratamento contra o câncer na rede pública de saúde. A Lei 15.385, publicada ontem, no *Diário Oficial da União (DOU)*, institui a Política Nacional de Prevenção e Controle do Câncer no Sistema Único de Saúde (SUS) e cria o Programa Nacional de Navegação da Pessoa com Diagnóstico de Câncer, com foco na ampliação do acesso a terapias, vacinas e exames.

A norma atualiza o sistema público para incorporar tecnologias para o enfrentamento da doença. Entre as medidas previstas estão a oferta de terapias avançadas, a inclusão de novos testes diagnósticos e a ampliação de protocolos de cuidado. O texto também define ações para garantir acompanhamento contínuo desde a suspeita até o tratamento, com organização da jornada do paciente dentro da rede de atendimento.

A lei foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro da Saúde, Alexandre Padilha, na sexta-feira, na inauguração do Centro de Ensino, Simulação e Inovação do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Integra um conjunto de ações voltadas à qualificação da assistência e ao fortalecimento da pesquisa oncológica.

O marco regulatório estabelece diretrizes para reduzir a dependência de insumos importados e incentivar a produção nacional. Entre os pontos estão o estímulo à transferência de tecnologia, o fortalecimento de parcerias público-privadas e a capacitação científica. A política também prevê apoio ao desenvolvimento de inovação, com incentivo à pesquisa e à criação de soluções para o tratamento do câncer.

Além disso, a lei garante acesso gratuito a medicamentos, vacinas e terapias, com critérios técnicos para avaliação da resposta clínica. Incentiva, ainda, a cooperação com universidades e centros de pesquisa, o surgimento de startups de biotecnologia e o uso de ferramentas como inteligência artificial e sequenciamento genético, com foco na ampliação das possibilidades de diagnóstico e tratamento na rede pública.

\*Estagiária sob supervisão de Fábio Grecchi

## IMPORTUNAÇÃO SEXUAL

# STJ decide se afasta ministro definitivamente

» VANILSON OLIVEIRA

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decide hoje se abre processo disciplinar contra o ministro Marco Buzzi, que pode ser afastado definitivamente da Corte. Ele é acusado de importunação sexual por duas mulheres. Em reunião fechada, com início previsto por volta das 16h30, a comissão de sindicância do STJ, que apura o caso, vai apresentar a conclusão da investigação. O relatório deveria ter sido apresentado em 10 de março, mas a defesa do ministro pediu a prorrogação do prazo para as alegações finais.

A sindicância é uma fase inicial de apuração administrativa, voltada à verificação de fatos e possíveis responsabilidades de agentes públicos. A conduta de Buzzi é analisada por uma comissão composta pelos ministros Antonio Carlos Ferreira, Francisco Falcão e Raúl Araújo, em um procedimento abert

Buzzi, que havia pedido licença médica por 90 dias, foi afastado do cargo pelo Plenário do STJ em 10 de fevereiro. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) investiga o caso administrativamente, podendo aplicar como punição o afastamento da função. No Supremo Tribunal Federal (STF) tramita a investigação criminal, que pode decidir, em caso de condenação, pela perda da cadeira na Corte. A relatoria é do ministro Nunes Marques.

A decisão que afastou Buzzi determinou a proibição do uso de veículo oficial, além do acesso ao gabinete e o contato com a equipe de assessores. Também foi impedido de acessar sistemas internos ou informações institucionais, além de exercer quaisquer atividades inerentes à função. No entanto, mesmo com o afastamento e a suspensão de parte das prerrogativas, benefícios e auxílios, ele continua recebendo seu subsídio mensal integral, atualmente de R\$ 44.047,88. A primeira acusação foi relatada

Divulgação/STJ



Buzzi é acusado de importunar jovem de 18 anos em uma praia de SC

por uma jovem de 18 anos, filha de um casal de amigos, que estava hospedada na casa do ministro. Ela afirmou ter sido assediada em uma praia de Balneário Camboriú (SC), em 9 de janeiro. Após o caso

vir à tona, o gabinete do magistrado emitiu nota negando.

Porém, uma segunda vítima, ex-servidora terceirizada do STJ, relatou ao CNJ ter sofrido pelo menos quatro episódios de abuso físico. A

ex-funcionária trabalhava no gabinete de Buzzi.

Segundo a denúncia, publicada inicialmente pela revista *Veja*, a ex-servidora tentou evitar ao máximo encontrar o ministro no trabalho, pedindo ao supervisor para trocá-la de horário e de setor. De acordo com o depoimento, ela afirmou ter sido assediada em diferentes áreas internas do STJ.

Na semana passada, ministros do STJ criticaram o vazamento de um vídeo com o depoimento da ex-funcionária de Buzzi, publicada pela *Veja*. O material mostra detalhes do depoimento prestado à juíza Cláudia Catafesta, ao representante do Ministério Público José Calou e ao advogado Matheus Macedo. O depoimento foi em 9 de abril, no CNJ, na presença do corregedor nacional de Justiça, ministro Mauro Campbell, e do subprocurador-geral José Adonis.

Para os magistrados, a divulgação do material pode atrapalhar as investigações.

## » Supremo julga psicologia laica

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, pediu destaque e retirou do plenário virtual a análise da constitucionalidade de resolução do Conselho Federal de Psicologia sobre laicidade no exercício profissional da categoria. A norma em discussão (Resolução 7/2023) veda o uso de fundamentos religiosos em atendimentos. A data do julgamento presencial não foi definida. O STF analisa duas ações diretas de inconstitucionalidade. Na primeira, o Partido Novo e o Instituto Brasileiro de Direito e Religião questionam a resolução sob o argumento de que ela restringe a liberdade religiosa e de expressão dos profissionais. Na segunda, o PDT defende a validade da norma e pede que o Supremo reconheça sua constitucionalidade — e que a regra evita que crenças pessoais interfiram no atendimento psicológico.